



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2022

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, denominada PortosRio – Autoridade Portuária, é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos.

A PortosRio administra o segundo maior complexo portuário na movimentação de cargas do Brasil, entre os portos públicos. Em sua competência de autoridade portuária e gestora de ativos públicos, tem a obrigação legal de garantir a devida remuneração pelo uso dos bens sob sua responsabilidade.

Os resultados operacionais e financeiros obtidos em 2022 são fruto do comprometimento da gestão com o desenvolvimento de seu ecossistema portuário. Os resultados operacionais derivam da movimentação de cargas em nossos portos. Os resultados financeiros estão atrelados ainda às variáveis que atuam na composição da receita da principal carga movimentada, o minério

de ferro. Assim, a taxa de câmbio e o preço do minério de ferro no mercado internacional impactam diretamente as receitas oriundas da exportação da commodity, cujo resultado se reflete no faturamento da Companhia.

Desta forma, busca garantir investimentos em obras e tecnologia para melhorar seus acessos, suas instalações e a segurança da operação, ciente que a modernização da infraestrutura é fundamental para atrair mais cargas e alavancar a competitividade de seus usuários e atraente para viabilização de novos empreendimentos.

O Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras de 2022 estão disponibilizados na íntegra no endereço: <https://www.portosrio.gov.br/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-financeiras/detalhamento-2022>

Jean Paulo Castro e Silva
Diretor-Presidente
Interino

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2022	2021 (Reapresentado)	PASSIVO	Nota	2022	2021 (Reapresentado)
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	279.714	351.695	Fornecedores		16.308	5.720
Contas a Receber de Clientes	6	17.778	13.996	Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	13	24.381	13.435
Créditos Fiscais	7	4.988	13.873	Obrigações Tributárias	14	205.422	191.448
Valores a Receber	8	26.275	28.028	Obrigações Contratuais	15	16.231	22.816
Outros Ativos		200	685	Benefícios Pós Emprego	16	24.318	24.386
		328.955	408.277	Receitas Diferidas		-	4.691
						286.660	262.496
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Obrigações Tributárias	14	504.188	577.243
Valores a Receber	8	56.933	59.551	Obrigações Contratuais	15	-	1.224
Depósitos Judiciais	9	635.212	573.101	Benefícios Pós Emprego	16	258.822	299.170
Partes Relacionadas	10	293.215	293.215	Provisão Para Contingências	17	1.400.645	1.097.112
Créditos Fiscais	7	55.323	-	Adiant. Futuro Aumento de Capital	18	326.938	299.402
Outros Ativos		421	483			2.490.593	2.274.151
		1.041.104	926.350				
Propriedade para Investimento	11	14.297	27.547	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	12	783.299	799.017	Capital Social	19	2.455.537	2.455.537
		1.838.700	1.752.914	Outros Resultados Abrangentes	20	80.112	46.485
				Prejuízos Acumulados		(3.145.247)	(2.877.478)
						(609.598)	(375.456)
Total do Ativo		2.167.655	2.161.191	Total do Passivo		2.167.655	2.161.191

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida	21	728.973	951.078
Custos da Operação	22	(154.838)	(143.268)
Lucro Bruto		574.135	807.810
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	23	(257.532)	(234.534)
Depreciação	24	(26.485)	(25.172)
Provisões Contábeis Líquidas	25	(426.386)	(517.202)
Outras Receitas Operacionais	26	19.646	39.297
Outras Despesas Operacionais		(11)	(102)
		(690.768)	(737.713)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		(116.633)	70.097
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	27	(101.558)	(124.268)
Resultado Antes dos Tributos		(218.191)	(54.171)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro			
Imposto de Renda	28	(36.448)	(82.016)
Contribuição Social	28	(13.130)	(29.535)
		(49.578)	(111.551)
Resultado do Exercício		(267.769)	(165.722)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício		(267.769)	(165.722)
Outros Resultados Abrangentes		33.627	51.558
Ganho (Perda) Atuarial em Planos de Pensão	16	33.627	51.558
Resultado Abrangente do Período		(234.142)	(114.164)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(267.769)	(165.722)
(+) Outros Resultados Abrangentes	33.627	51.558
(+) Depreciação e Amortização	67.911	64.544
(-) Baixas do Imobilizado	-	3.506
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	27.536	9.104
(+) Provisão para Contingências	303.533	373.769
(+) Benefícios Pós Emprego	(40.416)	(36.537)
(-) Receitas Diferidas	(4.691)	(9.361)
Resultado Ajustado	119.731	290.861
Variações no Ativo		
Contas a Receber	(3.782)	26.879
Estoques	-	582
Créditos Fiscais	(46.438)	(842)
Outros Valores a Receber	4.371	(1.648)
Depósitos Judiciais	(62.111)	(64.001)
Propriedades para Investimento	-	(3.494)
Outros Ativos	547	312
Variações no Passivo		
Fornecedores	10.588	(37)
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	10.946	(7.020)
Obrigações Tributárias	(59.081)	57.131
Obrigações Contratuais	(7.809)	(78.453)
Caixa Líquido - Atividades Operacionais	(33.038)	220.270
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(38.943)	(6.742)
Caixa Líquido - Atividades de Investimento	(38.943)	(6.742)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	77.174
Caixa Líquido - Atividades de Financiamento	-	77.174
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(71.981)	290.702
Caixa e Equivalentes no Início do Período	351.695	60.993
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	279.714	351.695

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receitas	800.229	1.011.235
Tarifas Portuárias	104.699	109.149
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	641.081	881.123
Provisão para Perdas Estimadas	(40.267)	(29.050)
Reversão de Provisões	94.716	50.013
Insumos Adquiridos de Terceiros	(597.661)	(643.067)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(46.538)	(39.065)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(468.215)	(528.782)
Outros custos	(82.908)	(75.220)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	202.568	368.168
Depreciação e Amortização	(67.912)	(64.544)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	134.656	303.624
Valor adicionado recebido em transferência	63.670	22.812
Receitas financeiras	60.842	22.811
Outras	2.828	1
Valor adicionado a distribuir	198.326	326.436
Distribuição do valor adicionado	198.326	326.436
Pessoal	245.809	229.165
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	129.750	95.331
Benefícios	34.098	55.507
Benefícios Pós-emprego	13.693	19.137
FGTS	10.022	8.688
INSS	33.508	30.746
Provisões	24.018	18.334
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	720	1.422
Tributos	57.886	115.913
Federais	55.104	112.822
Estaduais	87	248
Municipais	2.695	2.843
Remuneração de capitais de terceiros	162.400	147.080
Despesas financeiras	162.400	147.080
Resultado do Exercício	(267.769)	(165.722)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Discriminação	Nota	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2021		2.455.537	(5.073)	(2.711.756)	(261.292)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(165.722)	(165.722)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	16	-	51.558	-	51.558
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)		2.455.537	46.485	(2.877.478)	(375.456)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(267.769)	(267.769)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	16	-	33.627	-	33.627
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.455.537	80.112	(3.145.247)	(609.598)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, doravante denominada "PortosRio" ou "Companhia", com sede na Rua Dom Gerardo, 35 sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A PortosRio tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da PortosRio foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a PortosRio incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em prejuízo no montante de R\$ 267.769 mil (R\$ 165.722 mil em 31 de dezembro de 2021), em especial pela constituição de provisões para contingências.

Embora a PortosRio possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



3 – REAPRESENTAÇÃO PARA FINS COMPARATIVOS

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2021, originalmente divulgadas em 20/04/2022, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos dos demonstrativos.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2021		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	351.695	-	351.695
Contas a Receber de Clientes	13.996	-	13.996
Créditos Fiscais a Recuperar	13.873	-	13.873
Valores a Receber	26.028	-	26.028
Outros Ativos	685	-	685
	408.277	-	408.277
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	59.551	-	59.551
Depósitos Judiciais	606.901	(33.800)	573.101
Contas a Receber Partes Relacionadas	293.215	-	293.215
Outros Ativos	483	-	483
	960.150	(33.800)	926.350
Propriedade para Investimento Imobilizado	27.547	-	27.547
	799.017	-	799.017
	1.786.714	-	1.752.914
Total do Ativo	2.194.991	-	2.161.191

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	31 de dezembro de 2021		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo Circulante			
Fornecedores	5.720	-	5.720
Obrigações Trab. e Assistenciais	13.435	-	13.435
Obrigações Tributárias	191.448	-	191.448
Obrigações Contratuais	22.816	-	22.816
Benefícios Pós Emprego	24.386	-	24.386
Receitas Diferidas	4.691	-	4.691
	262.496	-	262.496
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	1.050.123	(472.880)	577.243
Obrigações Contratuais	1.224	-	1.224
Benefícios Pós Emprego	299.170	-	299.170
Provisão Para Contingências	1.097.112	-	1.097.112
Adiant. Futuro Aumento de Capital	299.402	-	299.402
	2.747.031	(472.880)	2.274.151
Patrimônio Líquido			
Capital Social	2.455.537	-	2.455.537
Ajustes de Avaliação Patrimonial	46.485	-	46.485
Prejuízos Acumulados	(3.316.558)	439.080	(2.877.478)
	(814.536)	439.080	(375.456)
Total do Passivo	2.194.991	(33.800)	2.161.191

3.1 Depósitos Judiciais

Trata-se de correção no saldo das contas dos Depósitos Judiciais, considerando os ajustes realizados por conta do reconhecimento de resgates de exercícios anteriores, relativos à ação movida pelo Portus Instituto de Seguridade Social, e do registro de depósitos da ação de imunidade do IPTU, também relativos a exercícios anteriores.

Resgates Judiciais – Ação do Portus	31/12/2021
Reconhecimento de Depósitos – Ação do IPTU	(37.022)
Ajuste	3.222
	(33.800)

A ação do Portus – Processo nº 0105594-59.2004.8.19.0001 – em trâmite na 21ª Vara Cível da Comarca da Capital, desde 10 de setembro de 2004, foi movida pelo Instituto de Seguridade Social, por conta de contribuições não recolhidas entre as décadas 1990 e 2000.

No exercício de 2022, os advogados responsáveis pelo acompanhamento da ação forneceram documentos relativos a saldos e resgates, com objetivo de conciliar e atualizar os valores registrados na contabilidade.

A ação do IPTU - Processo nº 5031453-89.2019.4.02.5101 – em trâmite no Juízo Federal da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, é relativa ao pedido de imunidade tributária do IPTU, do Município do Rio de Janeiro, depositado judicialmente no exercício de 2020.

3.2 Obrigações Tributárias

Ajuste relativo à correção de saldo da conta de Obrigações Tributárias, considerando quatro ações de Execução Fiscal, movidas pelo Município do Rio de Janeiro, por conta do não recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN nos exercícios de 1989 a 1999:

- 0268369-94.1999.8.19.0001
- 0162734-56.2001.8.19.0001 / 5005363-39.2022.4.02.5101
- 0164878-03.2001.8.19.0001
- 0226625-80.2003.8.19.0001 / 5129549-71.20214.02.5101

Os ajustes se fizeram necessários porque os valores relativos às quatro certidões da Dívida Ativa Municipal estavam, até o exercício de 2021, reconhecidos no grupo Obrigações Tributárias e na conta Provisão para Contingências, no Passivo Não Circulante.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

4.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A PortosRio reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos Fiscais

Correspondem aos saldos credores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos Judiciais

Correspondem a valores bloqueados e/ou dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Staff Auditoria & Assessoria, contratada por meio do instrumento nº 54/2022, cujo objeto é a “prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para determinação do valor recuperável dos ativos (impairment test), revisões de vida útil e de valor residual”.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação			
Contas	Taxas Anuais	Contas	Taxas Anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção Marítima	2%	Silo	4%
Berço e Cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias Internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha Férrea	4%		

Bens da Administração			
Contas	Taxas Anuais	Contas	Taxas Anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de Informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas Aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e Equipamentos	Entre 10 e 20%	Veículos	12%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da PortosRio que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento registram os itens que ainda não estão operando.

4.9 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.10 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de acordos de pagamento e de cálculos atuariais.

4.11 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da PortosRio, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

4.12 Receitas Diferidas (Adiantamentos)

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da PortosRio, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.14 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato.

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente ou pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES

Trata-se de saldo bancário disponível em contas ativas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal – CEF, além de investimentos em renda fixa, Operações Compromissadas – CAC, no Banco do Brasil:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Banco do Brasil	99	40
Saldo Caixa Econômica Federal	-	128
Investimentos em Renda Fixa	279.615	351.527
Totais	279.714	351.695

A redução do faturamento no exercício de 2022 foi o grande responsável pela redução das disponibilidades, visto que houve mais pagamentos do que recebimentos.

Dentre os valores desembolsados, um dos principais pagamentos foi a condenação judicial no Processo nº 0229886-43.2009.8.19.0001, movido por Cadisa – Empreendimentos Imobiliários Ltda., em agosto de 1987. A condenação foi paga de forma parcelada e o total recolhido no exercício de 2022 foi de R\$ 38.220 mil.

A Companhia também realizou, no exercício de 2022, gastos elevados com obras, como, por exemplo, a ampliação e modernização do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro, cujo valores recolhidos totalizam R\$ 28.336 mil. Os serviços são executados pelo Consórcio Porto Rio 1 (contrato nº 06/2022).

6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	194.220	(179.550)	14.670	177.488	(167.526)	9.962
Porto de Itaguaí	1.716	(213)	1.503	10.721	(9.358)	1.363
Porto de Niterói	4.500	(3.395)	1.105	1.755	(364)	1.391
Porto de Angra	531	(31)	500	1.466	(186)	1.280
Totais	200.967	(183.189)	17.778	191.430	(177.434)	13.996

A principal variação, ocorrida no Porto do Rio, foi relativa a algumas faturas que ficaram inadimplentes, no 3º trimestre, mas que foram baixadas no início do exercício de 2023.

7 – CRÉDITOS FISCAIS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	3.140	10.808	42.019	-
Contribuição Social	311	3.065	13.304	-
PIS/PASEP	384	-	-	-
COFINS	1.153	-	-	-
Totais	4.988	13.873	55.323	-



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



Trata-se, no curto prazo, de créditos que serão compensados com o pagamento de impostos correntes. Os valores registrados no longo prazo são relativos ao saldo negativo de IRPJ e CSLL e não possuem expectativa de realização, por conta dos trâmites operacionais internos e aqueles exigidos pela Receita Federal, os quais causam atrasos na utilização do crédito.

8 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Município do Rio de Janeiro	7.516	7.105	50.331	47.581
Convênio PortosRio x INEA	0	1.200	-	-
Acordos – Créditos a Receber	13.085	10.907	6.602	11.970
Empregados Cedidos	1.685	6.422	-	-
Outros Valores a Receber	3.989	2.394	-	-
Totais	26.275	28.028	56.933	59.551

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da PortosRio, nos termos do Decreto Presidencial não numerado de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município a declarar de utilidade pública o domínio dos imóveis pertencentes à PortosRio, destinados à implantação da urbanização da área portuária. O Ente está inadimplente e o saldo devedor foi objeto de encontro de contas, aprovado pela Diretoria Executiva, em sua 2569ª reunião, de 1º de dezembro de 2022, mas reprovada pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 202/2022/CONSAD/CDRJ, em sua 819ª reunião, de 12 e 13 de dezembro de 2022.

O **Convênio PortosRio/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba (Convênio nº 120/2012), visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o acordo possibilita a PortosRio pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do prazo, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à PortosRio. A Diretoria Executiva da PortosRio rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo atualizado. Considerando que a ação não foi ajuizada, em razão da prescrição, a Diretoria Executiva, em sua 2571ª reunião, determinou a baixa do débito, o que, de fato, ocorreu no exercício de 2022.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Triunfo Logística Ltda., Pennant Serviços Marítimos Ltda., Prestomar Serviços Marítimos Ltda., Astromarítima Navegação S/A, Preamar Serviços Marítimos Ltda., TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis e RLOG Logística e Agenciamento Marítimo Ltda.

Empregados Cedidos representa os valores a receber de órgãos e entidades por cessão de empregados da Companhia. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura Municipal de Japeri e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A variação indica o recebimento de títulos em atraso.

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Ações Judiciais – Leasing	247.436	244.536
Bloqueios em Conta Corrente	165.168	157.993
Ações Judiciais - Portus	32.182	5.663
Recursos Interpostos	17.108	16.547
Ações Judiciais – VPNI	40.947	39.985
Outras Ações Judiciais	132.371	108.377
Totais	635.212	573.101

Ações Judiciais – Leasing são valores penhoras na receita da PortosRio para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a PortosRio possui junto ao Banco do Brasil, ao Bradesco, ao Santander e à Caixa Econômica Federal.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí

Recursos Interpostos registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da PortosRio.

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

10 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

11 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 83 (oitenta e três) itens patrimoniais distribuídos entre 34 (trinta e quatro) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da PortosRio, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 1.166.501 mil (R\$ 843.293 mil em 2021).

12 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

Tipos de Imobilizado	Valor contábil em 01/01/2022			Movimentação – Exercício de 2022				Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Reclas.	Dep	
Em Operação	922.249	262.280	659.969	1.109	-	-	(60.839)	600.239
Administração	159.575	(47.703)	111.872	1.146	-	13.250	(7.072)	119.196
Em Andamento	29.690	(2.514)	27.176	36.688	-	-	-	63.864
Totais	1.111.514	312.497	799.017	38.943	-	13.250	(67.911)	783.299

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

As adições no grupo Imobilizado em Andamento são referentes a duas obras que, no futuro, resultarão em itens do imobilizado depreciables.

13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, membros dos conselhos de administração e fiscal, membros do comitê de auditoria estatutário, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos incidentes; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia descontada em folha de pagamento (mesada judicial); e as consignações também descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários (consignados), plano funeral, etc.:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	8.515	6.003
Consignações	246	264
Mesada Judicial	173	86
Provisões e Encargos	15.447	7.082
Totais	24.381	13.435

A variação na conta Provisões e Encargos é relativa ao recalcdo das provisões para férias, realizado por conta da aquisição de sistema de gestão de recursos humanos.

A mudança no cálculo das provisões para férias, e seus reflexos, reflete a realidade da legislação trabalhista e das práticas de mercado.

14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IPTU	14.695	13.193	-	-
ISS	89	51	2.958	489.772
Parcelamentos	130.163	123.066	501.230	87.471
PASEP/COFINS	5.053	3.377	-	-
IR e CSLL	12.887	11.507	-	-
INSS/FGTS	5.096	4.206	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	29.550	29.006	-	-
Outros	1.069	222	-	-
Totais	205.422	191.448	504.188	577.243

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento de ISS no exercício de 2002. Houve, no exercício de 2022, a reclassificação de parte do ISS de longo prazo, relativo a quatro execuções fiscais do Município do Rio de Janeiro, para a conta de Provisão para Contingências, por conta do reconhecimento da imunidade tributária obtida por meio do trânsito em julgado nas ações propostas para este fim.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018, dois parcelamentos de PIS e COFINS, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **PASEP/COFINS** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além do IRPJ e da CSLL apurados por estimativa no mês de dezembro, todos recolhidos no mês subsequente.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da PortosRio, tais como taxa de ocupação e aforamento.

15 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de Cliente	3.056	2.572	-	-
Expansão Terminal 1	7.651	16.281	-	1.224
Outros	5.524	3.963	-	-
Totais	16.231	22.816	-	1.224

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da PortosRio, mas foram financiadas pela arrendatária.

A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária.

A PortosRio vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

16 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários, do tipo “benefício definido”, administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A PortosRio contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuições Correntes	572	1.623	-	-
Termo de Compromisso Financeiro	23.746	22.763	202.535	204.122
Déficit Atuarial	-	-	56.287	95.048
Totais	24.318	24.386	258.822	299.170

O déficit atuarial da PortosRio apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir de R\$ 282.568 mil (R\$ 321.933 mil em 2021), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da PortosRio, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., são as seguintes:

Base de Dados:

	2022	2021
Participantes ativos (passivo principal)	233	239
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.244	1.297
Aposentados	589	617
Pensionistas	655	680
Total de participantes	1.477	1.536
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,48	8,20

Formação do Déficit:

	2022	2021
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(293.149)	(326.859)
Custo líquido no período	(6.556)	(5.891)
Ganhos / (perdas) atuariais líquidos de capital	9.472	9.024
Pagamento de contribuições	7.665	1.793
Compartilhamento de risco	-	-
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(282.568)	(321.933)

Premissas:

	2022	2021
Premissas adotadas (final do ano)	-	-
Taxa de desconto (nominal)	9,834%	8,913%
Retorno esperado dos ativos do plano	9,834%	8,913%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	2022	2021
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor Justo dos Ativos do Plano:

Ativos	2022		2021	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Principais categorias de ativos	-	-	-	-
Disponível	-	-	-	-
Realizável	244.164	77,449%	236.547	84,465%
Títulos públicos	8.415	2,669%	2.049	0,732%
Ações	15.994	5,073%	13.917	4,969%
Fundos de investimento	9.378	2,975%	8.819	3,149%
Renda fixa	9.319	2,956%	8.775	3,133%
Imobiliário	59	0,019%	44	0,016%
Investimentos imobiliários	19.517	6,19%	18.546	6,62%
Precatórios – FND	17.616	5,59%	-	-
Outros – depósitos judiciais	174	0,06%	174	0,06%
Total do Ativo	315.259	100,00%	280.052	100,00%

	2022	2021
Total do Ativo	315.259	280.052
(+) Ajuste a valor de mercado	-	-
(-) Contribuições contratadas	(225.840)	(224.361)
(-) Contribuições contratadas em atraso	(1.161)	(197)
(-) Uso próprio	N/D	(822)
(-) Exigível operacional	(232)	(481)
(-) Exigível contingencial	(4.653)	(2.967)
(-) Fundo previdencial	(14.526)	(8.896)
(-) Fundo de investimento	-	-
(-) Fundo administrativo	(12.689)	(7.061)
Valor justo dos ativos – inicial	56.159	35.267
Rentabilidade referente ao período projetado	422	242
Saldo previdencial referente ao período projetado	256	(1.643)
Valor justo dos ativos – final	56.837	33.866

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do ano	136.597	220.058
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(5)	-
Custo dos juros	3.102	4.491
Contribuições de participantes do plano	34	-
Benefícios pagos	-	(9.494)
(Ganho) / perda atuarial	(9.209)	3.025
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	476	(4.880)
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(9.685)	7.905
Contribuições extraordinárias assistidos	-	1.744
Obrigação de benefício definido no final do ano	130.520	219.824

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	333.254	346.005	334.020	344.958
Valor justo dos ativos do plano	56.836	56.836	56.837	56.837
(Passivo) / ativo líquido inicial	(276.418)	(289.169)	(277.183)	(288.121)
Passivo do patrocinador c/ redução de direitos	226.281	226.281	226.281	226.281
Passivo do patrocinador c/ contribuições futuras	34.097	35.402	34.176	35.295
Passivo do patrocinador c/ contrib. extraordinárias	72.589	75.366	72.756	75.138
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	56.549	47.880	56.029	48.593
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(276.418)	(289.169)	(277.183)	(288.121)
Reconhecimento de Débitos – TCF	226.281	226.281	226.281	226.281
(Passivo) / ativo líquido reconhecido	50.137	62.888	50.903	61.840

Variações	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Variação da obrigação atuarial	-1,81%	1,94%	-1,59%	1,64%
Variação do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,18%	2,34%	-1,91%	1,97%

17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2022	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2022
Ações Trabalhistas	164.980	(26.436)	171.138	(136.199)	173.483
Ações Cíveis	525.339	(32.555)	218.181	(4.278)	706.687
Ações Tributárias	406.793	(31)	616.636	(502.923)	520.475
Totais	1.097.112	(59.022)	1.005.955	(643.400)	1.400.645



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
01627345620018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	311.865
01648780320018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	114.774
02266258020038190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	52.571
02683699419998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal por débito de ISS	40.957
00065747920118190024	Município de Itaguaí	Embargos à execução	308

17.1 Perdas Possíveis Não Provisonadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à PortosRio em R\$ 187.261 mil (R\$ 236.962 mil em 2021), sendo R\$ 44.945 mil de ações trabalhistas e R\$ 142.316 mil de ações cíveis. Não há ações tributárias com estimativa de perda possível.

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
00012379820125010033	Ricardo de Oliveira	Indenização por danos morais	6.228
00015728420115010023	Alexandre Tavares de Oliveira	Gratificação de função	1.763
01009564020185010034	César dos Santos Luiz	VPNI e seus reflexos	1.716
01006698820225010082	Wanderley Ferreira	Reajuste salarial	1.500
01007409020225010082	Ricardo Laurentino Machado	Diferenças de créditos	1.440

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
00066415420084025101	DM Construtora de Obras Ltda.	Contrato	100.000
50158518720214025101	Companhia Port. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	17.556
50376878720194025101	Multi-Rio Operações Portuárias	Movim. mínima contratual	11.000
5058239682024025101	União Federal	Desapropriação	4.015
50002366820204020000	ICTSI Rio Brasil Terminal 1 S.A.	Movim. mínima contratual	2.444

18 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Repasse ao Portus (2013 a 2016)	234.640	208.771
Repasse para Investimentos	90.852	89.343
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	1	2
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.445	1.286
Totais	326.938	299.402

19 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.150.765	611.150.763	1.222.301.528
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	611.230.744	611.230.740	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

20 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ajustes de avaliação patrimonial refletem o ganho / (perda) atuarial do plano de benefícios – Portus, reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, conforme nota explicativa nº 16:

Saldo em 01/01/2021	(5.073)
Ganhos / (perdas) atuariais no exercício de 2021	51.558
Saldo em 31/12/2021	46.485
Ganhos / (perdas) atuariais no exercício de 2022	33.627
Saldo em 31/12/2022	80.112

21 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Exercício de 2022	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita Tarifária	75.613	33.312	5.118	177	114.220
Receita com Arrendamentos	213.703	462.104	5.313	5.942	687.062
Receita Total	289.316	495.416	10.431	6.119	801.282
Impostos Federais (25.425)	(44.158)	(1.016)	(503)	-	(71.102)
Impostos Municipais -	(1.207)	-	-	-	(1.207)
Receita Operacional Líquida	263.891	450.051	9.415	5.616	728.973

Exercício de 2021	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita Tarifária	86.721	27.293	4.508	33	118.555
Receita com Arrendamentos	181.518	734.357	4.168	5.017	925.060
Receita Total	268.239	761.650	8.676	5.050	1.043.615
Impostos Federais (22.679)	(67.627)	(820)	(475)	-	(91.601)
Impostos Municipais -	(936)	-	-	-	(936)
Receita Operacional Líquida	245.560	693.087	7.856	4.575	951.078

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granel sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

A Receita Operacional Líquida havia apresentado crescimento exponencial no exercício de 2021, ocasionado, principalmente, no Porto de Itaguaí, pelo aumento do dólar e do preço das commodities no mercado externo, visto que o principal produto de exportação é o minério de ferro. No exercício de 2022, a redução, também ocorrida no Porto de Itaguaí, é justificada pela redução do preço do minério.

22 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e Encargos	82.346	64.706
Manutenção	5.168	13.759
Depreciação e Amortização	41.426	39.372
Provisões	10.459	7.987
Outros Custos	15.439	17.444
Totais	154.838	143.268

O aumento nos custos com pessoal reflete, principalmente, uma mudança na gestão da folha de pagamento dos empregados lotados na Guarda Portuária, por conta da implantação do sistema de gestão de RH. A mudança aprimorou a gestão de custos com pessoal, principalmente quanto aos guardas lotados em cada um dos quatro portos administrados pela Companhia. Em 2022, houve reajuste salarial por conta de Acordo Coletivo de Trabalho.

23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e Encargos	138.993	145.530
Manutenção	18.887	11.512
Legais, Judiciais e Contratuais	78.037	56.626
Impostos e Taxas	5.858	2.432
Outras Despesas	15.757	18.434
Totais	257.532	234.534

A redução das despesas com pessoal e encargos é resultado da implementação do sistema de recursos humanos, conforme explicado na nota explicativa nº 27, visto que grande parte dos gastos com a folha de pagamento dos guardas portuários passaram a ser considerados como custos.

O aumento das despesas legais, judiciais e contratuais reflete a decisão da Companhia em realizar os pagamentos mensais dos contratos de cessão firmados com o Tesouro Nacional, a partir do exercício de 2021, conforme nota explicativa nº 15.

24 – DEPRECIACÃO

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação Bens em Operação	23.727	23.809
Depreciação Bens da Administração	2.913	1.388
Ajustes	(155)	(25)
Totais	26.485	25.172

25 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2022	31/12/2021
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.072)	(24.565)
Provisão de Férias	6.456	11.996
Provisão para o 13º Salário	(5.982)	(6.613)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(368)	(407)
Provisão para Contingências	(395.420)	(497.613)
Totais	(426.386)	(517.202)

PARECER CONFIS Nº 01/2023

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 627ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/03/2023, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 110, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do **Relatório Anual da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, à vista do relatório da "Consult Auditores Independentes", de 13 de março de 2023.

Considerando as ressalvas apresentadas no título "Base para opinião com ressalvas", e as recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, bem como a manifestação do Conselho de Administração, registrada na ata de sua 832ª reunião ordinária, de 24 de março de 2023, o Conselho Fiscal **OPINA** no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos Acionistas.

O Conselho Fiscal registra a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.145.247

O aumento nas Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa reflete, principalmente, uma gestão mais prudente no exercício de 2022, no que se refere à inadimplência dos recebíveis dos portos do Rio de Janeiro e Niterói.

Em relação às Provisões para Contingências, a variação no grupo é relativa à redução no provisionamento das ações trabalhistas e cíveis, proporcionalmente, em comparação com o exercício de 2021.

26 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Aluguel	16.020	38.088
Reembolsos	448	950
Alienação de Bens	-	66
Outras	3.178	193
Totais	19.646	39.297

Houve redução na receita de aluguel por conta do acordo firmado, no exercício de 2021, com a empresa MRS Logística S.A. e Porto Sudeste do Brasil S.A., referente a uma área utilizada no Porto de Itaguaí, cujo tema estava em arbitragem na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, sob o número 50300.011829/2016-05. A PortosRio faturou, no exercício de 2021, R\$ 25.227 mil, para pagamento em três parcelas, e o total de R\$ 977 mil, a título de remuneração ordinária, com pagamentos mensais regulares a partir de julho de 2021.

A conta de reembolsos registra o repasse aos clientes da cobrança de IPTU, taxa de ocupação, taxa de aforamento proporcional às áreas ocupadas.

27 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras	60.842	22.812
Despesas Financeiras	(162.400)	(147.080)
Totais	(101.558)	(124.268)

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber. Houve aumento expressivo do saldo por conta da atualização de vários depósitos judiciais e pelo reconhecimento de variação monetária na contabilização de diversos resgates judiciais.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa juros de mora pela realização de pagamentos em atraso. O aumento no saldo do grupo foi resultado, principalmente, da atualização do ISS de longo prazo, relativo a quatro execuções fiscais do Município do Rio de Janeiro, conforme informado na nota explicativa nº 14.

28 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

Valor da Base de Cálculo do IRPJ	(218.191)
----------------------------------	-----------

Adições

Provisão para Contingências	467.275
Autos de Infração	110
Perdas Estimadas com Créditos Liquidação Duvidosa	40.268
Total das Adições	507.653

Exclusões

Reversão de PECLD	9.195
Reversão de Provisão para Contingências	71.856
Total das Exclusões	81.051

Lucro/Prejuízo Real

Compensação de Prejuízos Fiscais	208.411
Base de Cálculo IR e CSLL	(62.523)
IR (15%)	145.888
Adicional IR (10%)	21.883
CSLL	14.565
	13.130

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A PortosRio possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da PortosRio.

As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela PortosRio com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A PortosRio celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a Companhia transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado com o arrendatário Libra Terminal Rio S.A., e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, nº 018 e 026, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023.

Os pagamentos mensais estão sendo realizados pela própria PortosRio.

	Parcela Atual	Saldo a Vencer
Contrato nº 018	1.171 mil	5.855 mil
Contrato nº 026	4.276 mil	21.380 mil

O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.319 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 146.846 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No exercício de 2022, o valor total faturado foi de R\$ 32.265 mil (R\$ 34.146 em 2021).

A PortosRio e a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás) assinaram, no exercício de 2022, o Contrato de Transição nº 11/2022, cujo objeto é o arrendamento, pela PortosRio à arrendatária provisória, da instalação portuária localizada no terminal multiuso 1, do Porto do Rio de Janeiro, para sua exploração em caráter transitório, até que sejam ultimados os procedimentos licitatórios para ocupação daquela área.

Transações com Cessionários: A PortosRio cede mão de obra para os seguintes entes: Advocacia-Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura de Japeri, e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Os cessionários transferem à PortosRio, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios, apurados pela PortosRio. O valor total do ressarcimento no exercício de 2022 foi de R\$ 10.620 mil (R\$ 14.059 mil em 2021) e valor médio mensal foi de R\$ 885 mil (R\$ 1.171 mil em 2021).

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A PortosRio possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 2022 era de R\$ 57.847 mil (R\$ 54.686 mil em 2021).

Outras transações: A PortosRio mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da PortosRio; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à PortosRio.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações, encargos e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria:

	2022	2021
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	1.231.592,88	761.399,73
Remuneração variável	338.479,87	374.999,08

Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	-	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	-	-

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2022	2021
Conselho de Administração	269.403,06	250.678,84
Conselho Fiscal	179.588,64	179.588,64
Comitê de Auditoria Estatutário	134.691,48	134.691,48

Informações relativas às maiores e menores remunerações (remuneração total, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2022		2021	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	29.776,59	116.092,59	37.959,52	60.451,76
Menor Remuneração	26.207,13	1.908,41	7.578,07	1.527,26
Remuneração Média	27.009,50	14.408,98	18.028,29	12.744,66

30 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 14 de março de 2023.

JEAN PAULO CASTRO E SILVA Diretor-Presidente CPF Nº 771.428.456-00	INDALECIO CASTILHO V ALVAREZ Diretor CPF Nº 370.592.387-00	EDUARDO PIRES SOARES Contador – CRC/RJ 110913/O-6 CPF Nº 080.022.657-77
--	--	---

mil e o patrimônio líquido negativo de R\$ 609.598 mil e sugere que sejam envidados esforços para a resolução das ressalvas apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, bem como observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, de 17/03/2023.

(assinado eletronicamente)

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

Representante do Ministério de Portos e Aeroportos
Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)

ANA CAROLINA SOUZA DO BOMFIM

Representante Suplente do Ministério de Portos e Aeroportos

(assinado eletronicamente)

RAFAEL SOUZA PENA

Representante do Tesouro Nacional

(assinado eletronicamente)

ADILSON DE FARIA MACIEL

Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



DELIBERAÇÃO Nº 032/2023/CONSAD/CDRJ (SEI 50905.001351/2023-17) 832ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSAD, DE 24/03/2023 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, DELIBERA: Pela aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 24 de março de 2023. DINO ANTUNES DIAS BATISTA Presidente do Conselho de Administração	DELIBERAÇÃO Nº 034/2023/CONSAD/CDRJ (SEI 50905.001359/2023-83) 832ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSAD, DE 24/03/2023 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, DELIBERA: Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2022. Rio de Janeiro, 24 de março de 2023. DINO ANTUNES DIAS BATISTA Presidente do Conselho de Administração
--	---

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022
Aos
Diretores e Administradores da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro – RJ
Prezados Senhores,
Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/22.
Opinião com Ressalvas
Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para Opinião com Ressalvas
Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas
Com base nas informações apresentadas pela Administração, o saldo de depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 635.212 mil (R\$ 573.101 mil em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 9, está em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2022.
Provisões para passivos contingentes
Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 1.400.645 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 624.232 em 31 de dezembro de 2021). Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento dos processos judiciais, bem como nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes. Consequentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2022.
Contas a receber de partes relacionadas
Conforme nota explicativa nº 10, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293.215 mil. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a Administração da Companhia devolveu esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador.
Transações com o Tesouro Nacional – Contratos de Cessão de Créditos
Conforme nota explicativa nº 29, a Companhia, nos exercícios de 1998 a 2000, transferiu para a União os direitos de créditos decorrentes de um contrato de arrendamento assinado com a Libra Terminal Rio S.A., com vencimento em MAIO/2023 e de outro contrato celebrado com a Sepetiba Tecon S.A., com vencimento em OUT/2025, sendo que os saldos a vencer em 31 de dezembro de 2022 eram de aproximadamente R\$ 174.081 mil (R\$ 279.339 mil em 31 de dezembro de 2021). Nossos procedimentos de auditoria revelaram inconsistências nos critérios de reconhecimento do passivo obrigacional e do impacto no resultado do exercício corrente, relacionado às antecipações recebidas por conta de tais clientes, em face dos direitos creditórios cedidos.
Valor Justo de Propriedades para Investimentos – Divulgação em Nota Explicativa
Conforme nota explicativa nº 11, a Companhia escolheu como sua política contábil o método do custo de aquisição para mensuração das propriedades para investimento, neste caso o Pronunciamento Técnico CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, exige a mensuração do valor justo para a finalidade de divulgação em notas explicativa, o que foi observado apenas parcialmente pela Companhia, existindo propriedades que não foram avaliadas e outras que foram avaliadas em exercícios anteriores ao ano de 2022.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.
Ênfases
Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de pensão com benefício definido
Conforme apresentado na nota explicativa nº 16, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.
Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2021
Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas à demonstração do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados para retificação do reconhecimento de saldos relacionados a depósitos judiciais e de provisão para contingência, como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa

conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reapresentação de exercícios anteriores.
Outros Assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores
Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de março de 2022, com a mesma ressalva referente a contas a receber de partes relacionadas.
Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
• avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
• concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de março de 2023.

Paulo Sérgio da Silva
Contador CRCPR nº 029.121/O-0 S-RJ

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5